

Relatoria da Oficina "Andanças do Patrimônio das Vertentes"

Realizada em 27 de agosto de 2025, no Centro Cultural Yves Alves, Tiradentes (MG)

No dia 27 de agosto de 2025, foi realizada na cidade de Tiradentes (MG) a Oficina "Andanças do Patrimônio das Vertentes", organizada pela Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, em conjunto com os Escritórios Técnicos de Tiradentes (ETT) e São João del-Rei (ETSJDR). O evento ocorreu no Centro Cultural Yves Alves, localizado no Centro da cidade.

A abertura foi conduzida pelas chefes dos escritórios técnicos, Bruna Lúcia dos Santos (ETT) e Raymara Luz (ETSJDR), que deram as boas-vindas e passaram a palavra à Superintendente do IPHAN-MG, Maria do Carmo Lara Perpétuo. A Superintendente recebeu os participantes e introduziu os objetivos da oficina, enfatizando a importância do diálogo para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC). Em seguida, Tainah apresentou o tema central do evento e solicitou que todos os presentes se apresentassem. Estiveram presentes autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, lideranças sociais, detentores e fazedores de patrimônio cultural da região.

Tainah deu início à exposição sobre o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, explicando os mecanismos de articulação em rede, os objetivos da oficina e os eixos temáticos baseados nas diretrizes do SNPC. Após a apresentação, foi aberto espaço para diálogo com o público, com base em perguntas geradoras.

Principais contribuições dos participantes:

Raymara compartilhou a experiência do Escritório Técnico da Bahia, em Salvador, onde há bens tombados pelos três entes federativos de forma sobreposta. Sugeriu a criação de iniciativas compartilhadas para conservação e preservação de bens materiais.

Maria Lídia questionou por que há mais investimentos em imóveis em Goiás do que em Minas Gerais, e quais seriam as diferenças entre as unidades do IPHAN.

Tainah respondeu que Minas Gerais possui o maior acervo de bens culturais protegidos pelo IPHAN e, por isso, recebe mais investimentos. Citou parcerias com municípios por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Raymara complementou comparando o volume de investimentos em Minas com o número de bens tombados em Goiás.

Um representante da capoeira de São João del-Rei destacou que os investimentos priorizam bens edificados em detrimento das manifestações culturais imateriais.

Salientou a falta de recursos para salvaguarda e a necessidade de os agentes culturais conciliarem suas atividades com outras fontes de renda.

Tainah concordou com a disparidade mas citou também as políticas públicas de patrimônio, como a participação da capoeira na pontuação do ICMS Patrimônio Cultural, e enfatizou a importância da organização dos detentores para atuar em conselhos municipais.

Lucinda (Lavras) defendeu a realização de editais simplificados para facilitar a participação de detentores de bens imateriais.

Um participante da Folia de Reis criticou o conceito de "salvaguarda", defendendo revalidações decadais e afirmando que a preservação vai além do financiamento, dependendo também de apoio político e educacional.

Uma pesquisadora ressaltou a necessidade de maior interação entre IPHAN, prefeituras e sociedade civil, propondo o fortalecimento do quadro de servidores do IPHAN.

Tainah informou sobre as lutas dos trabalhadores do Ministério da Cultura por melhores condições.

Outro participante destacou a importância de valorizar o patrimônio industrial, especialmente ferroviário, e sugeriu a criação de metodologias específicas para sua compreensão e preservação.

Luiz Cruz alertou para a precariedade das políticas culturais e defendeu a gestão compartilhada para proteger bens arqueológicos, como os da Serra de São José.

Foi sugerida a integração interministerial (Meio Ambiente, Minas e Energia, Transportes) e a alocação de recursos a partir de compensações por exploração de bens.

O Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio de São João del-Rei sugeriu maior aproximação do IPHAN com os órgãos municipais, tal como ocorre com o IEPHA por meio do ICMS Patrimônio Cultural.

A professora Luzia falou sobre a paisagem como bem cultural e criticou a ideia de que o empreendedorismo sozinho garante a preservação. Defendeu a gestão compartilhada e a educação patrimonial, citando exemplos de paisagens em risco, como a Serra do Curral.

Gustavo destacou a importância de investir em pesquisadores de arquivos públicos e incluir acervos no SNPC.

Bruna enfatizou a interdisciplinaridade da gestão do patrimônio.

Olinto elogiou a iniciativa, mas criticou a falta de participação da prefeitura de Tiradentes no PAC e a ausência de investimentos do IPHAN na Matriz de Santo Antônio.

Raymara defendeu a representatividade e acessibilidade dos bens culturais, lembrando que muitos foram construídos por pessoas negras e que é necessário reconhecer sua contribuição.

Luiz Cruz falou sobre acessibilidade em cidades históricas e a relação entre educação patrimonial e enfrentamento das emergências climáticas.

A Superintendente reforçou o compromisso do IPHAN com a educação patrimonial, citando o exemplo bem-sucedido de Paracatu (MG), onde empresas investiram na cidade via Lei Rouanet.

Maria Lúcia questionou a legislação de eventos em Tiradentes.

Moisés (SEC de Cultura) adiantou que o tema será discutido no Conselho de Turismo e sugeriu a integração da educação patrimonial à lei de eventos.

Marijô lembrou um projeto de educação patrimonial realizado em Tiradentes, com oficinas e publicações.

Luiz Cruz destacou o papel dos guias turísticos na divulgação correta da história e a necessidade de educação para superar preconceitos.

Cidinha falou sobre o turismo em Tiradentes, a importação de mão de obra e a transformação do uso imobiliário no centro histórico. Defendeu a educação patrimonial para fortalecer a identidade cultural.

Gustavo reforçou a importância do sentimento de pertencimento para a preservação.

Encerramento:

Tainah agradeceu a todos os participantes e à equipe dos escritórios técnicos. Bruna parabenizou os servidores do IPHAN e sugeriu a elaboração de projetos para manter oficinas em parceria com universidades, como uma escola de ofícios.

Resumo dos Eixos Temáticos discutidos (com base na apresentação do projeto "Andanças do Patrimônio"):

1. **Institucionalização do SNPC** com gestão participativa e compartilhada.

2. **Representatividade, acessibilidade, equidade e democratização** do patrimônio.
3. **Economia do patrimônio, trabalho, renda e sustentabilidade.**
4. **Patrimônio cultural e adaptação às emergências climáticas.**

A oficina integra a estratégia nacional de escuta para a construção do Plano Nacional Setorial do Patrimônio Cultural (PNSPC) e do marco normativo do SNPC, com participação social por meio de oficinas, consultas públicas e debates temáticos.